



As mudanças da economia no contexto da crítica ecológica: um alerta aos empreendedores

O objetivo do presente artigo é o de historiar, resumidamente, as discussões entre as mudanças da economia face a crítica ecológica e fazer um alerta aos empreendedores para a observação da economia ecológica, surgida no final da década de 80 como um novo campo transdisciplinar que estabelece relações entre os ecossistemas e os sistemas econômicos em geral.

Considerando que as principais diretrizes das mudanças mais recentes no campo da Economia apontaram para a adaptação da velocidade de consumo do sistema econômico à velocidade de produção dos recursos naturais, a economia ecológica tem raízes na idéia de limites do capitalismo. A primeira grande publicação sobre os limites do capitalismo como consequência do esgotamento dos recursos naturais foi organizada pelo Clube de Roma e publicada no ano de realização da conferência de Estocolmo. Nessa publicação, MEADOWS, et alii (1972) defende novas formas de relacionamento entre o homem e o meio ambiente, apoiando-se nas seguintes teses:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais continuarem imutáveis, os limites do crescimento nesse planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população, quanto da capacidade industrial.
2. É possível identificar essas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfatórias, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter esse segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão as possibilidades de êxito.

O Relatório BRANDT, resultante da conferência de Estocolmo e publicado em 1987, sublinha uma visão complexa das relações entre economia, ecologia e sociedade. Chama a atenção para a necessidade de posturas éticas caracterizadas tanto pelo relacionamento entre as gerações atuais, quanto pela responsabilidade com as gerações futuras. Por outro lado, mostrando maior clareza em relação aos processos alternativos do desenvolvimento econômico, o Relatório BRANDT substitui o conceito de ecodesenvolvimento pelo de desenvolvimento sustentável.

Com base nos debates que se seguiram à Conferência de Estocolmo, o homem vem criando uma consciência mais crítica no que tange as questões ambientais. De um lado, fomentou o processo "revolucionário" na ciência (se quisermos usar o conceito de Kuhn, 1982) e, de outro, desenvolveu estruturas teóricas mais abrangentes e mais adequadas aos desafios da modernidade, cujos avanços culminaram no desenvolvimento da economia ecológica.

A economia ecológica é um ramo novo da economia que busca incorporar ao cálculo econômico os desgastes ambientais. A idéia é a que a economia não é apenas a produção de riquezas e a ecologia não é apenas a proteção total da natureza. Ambas constituem parte de uma mesma moeda para que a humanidade viva melhor.

Concluindo, chamamos a atenção para a importância da Economia Ecológica, condição de sobrevivência das empresas no mercado competitivo, onde a opinião pública internacional é a de um novo consumidor, cada dia mais exigente em relação a qualidade ambiental dos produtos de mercado.

Marcos Moisés Pompílio

Economista, com Especialização na Moderna Gestão Empresarial, funcionário da UFSC e Conselheiro do CORECON/SC (Registro Nº 2315-9)

Índice	pág.
<i>As mudanças da economia no contexto da crítica ecológica: um alerta aos empreendedores</i>	01
<i>Palavra do Presidente</i>	02
<i>O planejamento da selva</i>	03
<i>XX Congresso da ANGE discute as novas diretrizes curriculares nacionais: dinamismo e modernidade ao curso de Ciências Econômicas</i>	03
<i>Vagas de estágios para estudantes de economia</i>	04
<i>Cerimônia de entrega dos certificados do 1º Curso Prático de Aperfeiçoamento em Perícia Cível Área Econômico-Financeira</i>	04

Palavra do Presidente



Ao encerrar as atividades do CORECON/SC neste ano, queremos compartilhar com todos os economistas catarinenses, as conquistas e realizações efetuadas no ano de 2005. Se não vejamos: iniciamos 2005 pondo em prática o projeto "PROVE" Projeto de Valorização do Economista onde, por meio do ciclo de palestras sobre a profissão do economista, os membros da Comissão realizaram uma série de visitas e palestras nas Universidades e Centros Acadêmicos de Economia, objetivando uma maior aproximação do Conselho com os estudantes e com as Instituições formadoras de Economistas do Estado. A parceria CORECON/UFSC/FEPESU/UNIVILLE permitiu a realização de dois cursos de Perícia Cível com 53 participantes, que culminou com a realização de um fato histórico, ou seja, a realização de uma formatura e entrega de certificados na sede do Conselho Regional de Economia, com a presença dos formandos, autoridades e familiares.

O segundo grande acontecimento para os Economistas de Santa Catarina, foi a realização do XVI Congresso Brasileiro de Economistas, realizado pelo CORECON/SC no período de 04 a 07 de outubro de 2005, no Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina, que contou na sessão de abertura com a presença de Sua Excelência José de Alencar, Vice-presidente da República e Luiz Henrique da Silveira, Governador do Estado de Santa Catarina. Por aqui desfilaram as maiores autoridades econômicas do país, tais como: Carlos Lessa, Gustavo Loyola, Cristovam Buarque, Valter Barelli, Reinaldo Gonçalves entre outros, que durante 4 dias debateram com mais de 1200 economistas e estudantes de todo o país e do exterior, o tema: "Políticas Públicas e Desenvolvimento: A Armadilha do Endividamento Interno e Externo". O Congresso foi um sucesso de público e participação e foi considerado o maior e melhor segundo a imprensa falada, escrita e televisionada do Estado e do País.

Outro fato marcante para os Economistas do Estado foi a realização, pela primeira vez, da eleição direta para Presidente e Vice-presidente do CORECON, da qual participaram duas chapas, saindo vencedora a Chapa "Valorização do Economista", por nós liderada, com 60% dos votos válidos.

Por isso, em função de tantas realizações é nosso dever agradecer a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, ajudaram o Conselho a ocupar um lugar de destaque entre todas as profissões regulamentadas. Desejo a todos, funcionários, conselheiros, delegados regionais, faculdades, associações e economistas filiados votos de boas festas e feliz ano de 2006, prometendo a todos, o mesmo empenho e trabalho para dirigir o CORECON/SC, com honestidade, muito trabalho, em retribuição a esse segundo mandato que foi outorgado na eleição direta realizada em outubro próximo passado.

Obrigado a todos!

Pedro Moreira Filho
Presidente CORECON-SC

Expediente

O ECONOMISTA

Informativo Bimestral do Conselho Regional de Economia / 7ª Região - Santa Catarina

Rua Trajano, 265 12º andar - Centro

CEP: 88.010-010 | Florianópolis/SC

Fone: (48) 3222-1979 Site: www.corecon-sc.org.br

E-mail: [contato@corecon-sc.org.br](mailto: contato@corecon-sc.org.br)

DIRETORIA

Presidente

Pedro Moreira Filho

Vice- Presidente

Márcio Paulo Ribeiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Antônio Carlos Vieira

Charles Schneider

Hamilton Peluso

Horst Schroeder

Márcio Paulo Ribeiro

Nelson Pamplona da Rosa

Paulo Roberto Polli Lobo

Pedro Moreira Filho

Valery Mainieri Konig

CONSELHEIROS SUPLENTES

Alex Onaci Moreira Fabrin

Arlete Arlinda Jochen

Lauro Schmitz

Marcos Felippe

Marcos Moisés Pompílio

Marly Célia Souza de Carvalho

Maximo Pôrto Seleme

João Rogério Sanson

José Georges Chraim

Conselheiro do COFECON

Nelson Castello Branco Nappi

Redação: Marta Paulina

Impressão: Gráfica Rocha

Fotos: CORECON/SC

Arte e Diagramação

Wmidia - soluções criativas

www.wmidia.com.br (48) 3234-6503

Revisão: Liane Salete

Tiragem: 2.000 exemplares

Alguns artigos foram editados em virtude da diagramação.
Para ler os artigos na íntegra, acesse o nosso site.



O planejamento da selva

O Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, regulamentou a profissão de economista, atribuindo às suas atividades a função de planejamento econômico e social. Cabe então a esses profissionais o cumprimento do seu papel com a elaboração de novos projetos de desenvolvimento nacional, necessários para o enfrentamento das adversidades que nos encontrarão ao longo deste século.

Um dos projetos que o Brasil não poderá prescindir desde o início deste século é do desenvolvimento da Amazônia. Ao longo dos últimos anos as discussões pelo planeta sobre o futuro da Amazônia brasileira, embora nunca tenham saído de moda, vêm tomando força com as preocupações a respeito do aquecimento global e os questionamentos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Não surpreende mais ouvir falar em preservar a Amazônia para salvar o mundo, mas não se fala muito em desenvolvimento da região amazônica, pois isso parece interessar somente ao Brasil. Fala-se muito mais em preservar uma Amazônia virgem para aspirar a poluição que o resto do mundo continuará produzindo, como se o nosso território fosse um patrimônio internacional preservado para depurar a poluição alheia. Caso o Brasil não trabalhe no desenvolvimento da região, logicamente um desenvolvimento sustentável, passaremos mais este século sem conhecer de perto os verdadeiros interesses alienígenas que não são divulgados.

A Amazônia brasileira é propriedade legítima dos brasileiros e deve ser desenvolvida para este povo e não preservada para a exploração, seja como for, de outras nações do mundo que se protegem com uma bandeira verde, mas são verdadeiros algozes de ímpeto capitalista explorador, que enxergam a selva como a fonte de riquezas que inegavelmente é.

O desenvolvimento sustentável que o Brasil deve defender para sua Amazônia precisa de projetos elaborados por profissionais que tenham em mente um país pujante que faça jus às suas riquezas naturais dizendo adeus à mediocridade e à miséria que nos assolam.

Por diversas vezes se tratou no Brasil do desenvolvimento da Amazônia e poucos projetos continuam ainda contribuindo para o fortalecimento da nossa soberania naquele território. Cabe aqui uma referência ao nobre trabalho das nossas Forças Armadas que não limitam esforços para manter nossa Amazônia seguindo os preceitos de nossos antepassados que nos legaram esse patrimônio glorioso. O projeto de desenvolvimento não pode ser um impulso extrativista daquele solo, mas um projeto de toda nação brasileira onde com atitudes responsáveis possamos conservar e aumentar a riqueza.

Essas questões são pertinentes e devem interessar aos economistas, pois se trata de desenvolvimento nacional, economia nacional, soberania nacional, mercado de trabalho e fundamentalmente de nossa responsabilidade perante a sociedade brasileira. Trabalhar pelo desenvolvimento das potencialidades brasileiras de forma sustentável deve ser motivo de orgulho para todos.

SELVA!!!

Alex Onacli Moreira Fabrin - Economista
onacli@hotmail.com

XX Congresso da ANGE discute as novas diretrizes curriculares nacionais

Nos dias 16 a 18 de novembro de 2005, foi realizado em Goiânia/GO, o XX Congresso da ANGE, tendo como tema central “O Papel do Economista no Desenvolvimento Nacional: as Novas Diretrizes Curriculares”.

As diretrizes Curriculares Nacionais objetivam servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação e habilitações para cada área do conhecimento na construção de currículos plenos. No caso do curso de Ciências Econômicas, devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho exigidos a cada momento pela sociedade, frente às rápidas transformações sociais sempre acompanhadas de novas tecnologias, as quais exigem contínuas revisões do projeto pedagógico do curso de forma que ele possa atender as efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para o ajuste às necessidades emergentes.

A revisão dos currículos dos cursos é feita através de um parecer que, devidamente aprovado, transforma-se em resolução. Esses instrumentos normativos revelam a concepção dos cursos em cada época. Para os cursos de Ciências Econômicas, o Parecer vigente é o 375/84, que fixou os mínimos de conteúdo matéria de formação geral e de formação profissional, incluindo nesta última a atividade curricular denominada “Monografia” - e duração de 2.700 horas para o curso de graduação em Ciências Econômicas mínimo de quatro e máximo de sete anos.

A preocupação com o andamento das discussões e possíveis encaminhamentos mobilizou as entidades representantes da classe dos economistas e dos Cursos de Ciências Econômicas para que fosse feita revisão da matéria em si, principalmente no tocante a duração do curso e a monografia. A nova proposta contém a fixação da duração dos Cursos de Ciências Econômicas em 3.000 horas e a obrigatoriedade da monografia para a conclusão do curso.

Assim, tendo em vista enriquecer o processo de revisão, os temas discutidos no XX Congresso da ANGE foram: as Novas Diretrizes Curriculares e a Formação do Economista; Conteúdos e Métodos Quantitativos; a Monografia nas Novas Diretrizes Curriculares; Fórum Celso Furtado; Reforma Universitária; Conteúdos de Formação Histórica; Formação Econômica do Brasil; Economia Brasileira e História Econômica frente as Novas Diretrizes Curriculares; Conteúdos de Formação Teórica: Macroeconomia, Microeconomia e Economia Política frente às Novas Diretrizes Curriculares.

O CORECON 7ª Região/SC participou através de seu Presidente Econ. Pedro Moreira Filho e dos Conselheiros: Marly Célia de Souza Carvalho, Marcos Moisés Pompílio e Valery Maineri König. O resultado destas discussões serão divulgadas aos cursos de economia de Santa Catarina através do XI ECCE.

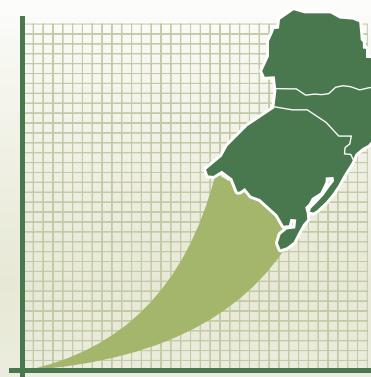
Texto baseado no informativo emitido por ocasião do XX Congresso da ANGE, em Goiania - Nov/2005

Vagas de estágios para estudantes de economia

O PROVE - Projeto de Valorização do Economista é composto por 03 (três) subprojetos*, sendo que um deles é o Programa de Estágio para Estudantes de Economia. Por meio de visitas a empresas públicas e privadas, procuramos instituir vagas para nossos estudantes. Concretamente podemos exemplificar: iniciamos um diálogo com a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em novembro de 2004, onde mostramos o Projeto de Valorização do Economista e a importância desse profissional para a entidade. Reforçamos a necessidade de se abrirem vagas de estágio para os estudantes de Economia, uma vez que esses já poderiam se preparar para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo contribuir para os objetivos da instituição.

O diálogo continuou com reunião em janeiro de 2005, sendo que em agosto deste ano recebemos a comunicação de que haviam realizado uma pesquisa com os diretores da Secretaria e havia uma demanda para 08 (oito) vagas de estágio. Em novembro de 2005, duas dessas vagas já foram disponibilizadas, concretizando os esforços que o CORECON-SC vem concentrando também em prol do futuro profissional da classe.

**Dos outros dois subprojetos, um diz respeito à capacitação profissional do economista e outro diz respeito ao ciclo de palestras onde a classe dos economistas e comunidade em geral, têm um ponto de encontro no CORECON-SC.*



I Prêmio BRDE de Desenvolvimento - SC

2005 - 2006

CONCURSO DE ESTUDOS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SC

WWW.CORECON-SC.ORG.BR

Cerimônia de entrega dos certificados do 1º Curso Prático de Aperfeiçoamento em Perícia Cível Área Econômico-Financeira

No dia 04 de novembro, na sede do CORECON-SC, foi realizada uma cerimônia para a entrega dos certificados da 1ª turma de economistas-peritos de 2005.

O curso faz parte do Projeto de Valorização do Economista PROVE, iniciativa do CORECON-SC, desenvolvido em parceria com a UFSC.

O PROVE está “provando” ao economista que é possível agregar valor ao seu curso de forma a inseri-lo no mercado de trabalho.

A cerimônia contou com a presença do Presidente do CORECON-SC, econ. Pedro Moreira Filho, do vice-presidente, Márcio Paulo Ribeiro, do Conselheiro Federal Nelson Castello Branco Nappi, a coordenadora pedagógica, representando a UFSC, Professora Elizabete Simão Flausino, a coordenadora técnica, econ. Ivonetí da Silva Ramos, e dos Professores do curso, advogado Rafael Murilo di Giácomo e

economista Antônio Francisco Duarte. A turma foi representada por 11 dos 29 economistas-peritos formandos: Alex Onaci Moreira Fabrin, Ayres Perlin, Ieda Cyrillo Pereira Jarschel, Irio Miguel Braz, Jose Eraldo Rovaris, Lauro Pereira Oliveira Junior, Marcos Moises Pompilio, Michelle Coutinho de Azevedo Carvalho, Renato Souza Rosa, Rosane Aparecida Feltrin e Silvio Silva Figueira Mello.

